

Educação pública: Qualidade antes e pós-pandemia da COVID-19⁷

Claudia Costin⁸

Primeiramente, reforço a importância de falar com um centro acadêmico que se interesse pela gestão de políticas públicas. Estamos em uma época em que as políticas públicas acabam competindo com agendas que não fazem sentido, com comportamentos individuais, numa abordagem conservadora, ou com teorias anticientíficas. Nós temos que voltar a discutir políticas públicas no Brasil. Afinal, estamos nos aproximando de um momento eleitoral, queremos ouvir dos candidatos quais são suas propostas de políticas públicas e não apenas trocas de críticas superficiais, a partir de uma matriz conservadora.

Dito isso, entrarei no tema das políticas públicas educacionais, a partir de um processo que acompanhei de perto, o de formação dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu presenciei a formulação desses objetivos entre 2014 e 2015, momento em que as Nações Unidas prepararam e aprovaram os "Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis-ODS" e, em especial, o ODS 4, que se referia especificamente à educação. Este

7 O artigo foi transcrito a partir da fala original na XV Semana de Gestão de Políticas da USP, ocorrida de forma virtual em outubro de 2020. O texto preservou a oralidade da apresentação, apenas com pequenas adaptações. A versão original pode ser consultada na página oficial do Centro Acadêmico Herbert de Souza: https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw_Pw/videos

8 Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), sediado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), professora visitante da Faculdade de Educação de Harvard.

objetivo preconizava a garantia de educação inclusiva, equitativa e de qualidade e vislumbrava a oportunidade de se assegurar aprendizagem ao longo da vida para todos.

Parece uma linguagem diplomática, mas é, na verdade, uma questão muito mais profunda. Primeiro porque estamos falando que não basta que as crianças estejam na escola. Vocês devem ter acompanhado que, antes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, nós tínhamos os Objetivos do Milênio, de 2000 para 2015, que estabeleciam que até 2015 tínhamos que colocar todas as crianças na Educação Primária, nosso Fundamental 1. Isso não acabou de ser concretizado em todos os países, mas só o fato desse objetivo ter existido já representou algo relevante e que impulsionou boa parte do mundo para uma maior inclusão escolar, em especial de meninas. Por ter sido Diretora Global de Educação no Banco Mundial, visitei sistemas educacionais em várias partes do mundo e pude observar este processo. Houve avanços importantes em acesso à escola em países como Afeganistão, Paquistão, Nigéria, só para citar três países que costumavam ter poucas meninas na educação primária entre 2000 e 2015, e neles parcelas bem maiores da população infantil já estavam na educação primária. Agora, contudo, estamos falando de qualidade e de equidade. Em outros termos: não podemos ter uma educação para os mais afluentes e outra para os mais pobres, ou um ensino preparatório para o casamento para as meninas e outro para os rapazes, preparatório para o mundo do trabalho. Ela tem que ser inclusiva, equitativa e de qualidade. E se tivermos dúvidas sobre o que se denomina qualidade no contexto do ODS 4, podemos atentar para as metas em que se desdobra o objetivo. A meta 4.1 estabelece que até 2030 precisamos

assegurar que todas as meninas e meninos completem educação primária e secundária, no nosso caso até o final do ensino médio, de qualidade e equitativa. Nela, uma educação de qualidade é aquela que conduz a “resultados de aprendizagem relevantes e efetivos”, não sendo qualidade, portanto, uma infraestrutura sofisticada e sim aprendizado de crianças e jovens. Qualidade, em outros termos, é criança e jovem aprendendo aquilo que é esperado e necessário para o seu desenvolvimento integral numa dada sociedade.

Infelizmente, no entanto, vamos olhar para nós, como estávamos no período pré-pandemia em relação a esse objetivo, e nos depararemos com uma nítida crise de aprendizagem. Se olharmos só para dois dados, com base inicialmente na Avaliação Nacional de Alfabetização de 2016, aplicada para crianças de escolas públicas (lembrando que 81,7% dos alunos brasileiros estão em escolas públicas), vemos que cerca de 55% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, portanto com quase 9 anos, saíram desse ano de escolaridade analfabetos. Ou seja, não concluíram a sua alfabetização inicial. E para pegar na outra ponta, do ensino médio, só 9,1% dos jovens do terceiro ano do ensino médio no SAEB aprenderam o suficiente em matemática. Português não é significativamente melhor, sendo apenas 21,9%.

Tudo isso para afirmar: nós já tínhamos uma crise de aprendizagem pré-pandemia. O problema é que o PISA, um teste internacional de educação aplicada pela OCDE, mostrou que não apenas aprendemos pouco. Aprendemos de forma muito desigual. Entre as economias que participaram no último PISA que tiveram seus resultados divulgados em dezembro do ano passado, fomos considerados a segunda economia mais desigual do

ponto de vista educacional. Isso cabe na lógica de que o Brasil é um país muito desigual socialmente, então ele também será desigual educacionalmente? Sim e não. Há países que são desiguais socialmente, mas estão investindo em uma trajetória que desmonte essa desigualdade ao longo do tempo, a partir da geração de oportunidades educacionais.

O Ideb de 2019 divulgado há três semanas mostrou que apesar disso, tivemos avanços. No 5º ano estamos avançando desde 2005, a cada edição da prova. No 9º ano, nas quatro últimas edições, também melhoramos. No Ensino Médio, até 2019, estávamos estagnados em um patamar baixíssimo. Numa nota de 0 a 10, estávamos com 3,8, incluindo escolas particulares, o que quer dizer que nós não estávamos bem. Finalmente, na avaliação do ano passado, demos um salto no ensino médio. Conto isso para dizer que, a despeito da crise de aprendizagem, nesse mundo pré-pandemia, estávamos fazendo alguma coisa certa porque a aprendizagem vinha melhorando, apesar de cada vez entrarem mais crianças e jovens anteriormente excluídos na educação básica. É importante observar que já havíamos universalizado o acesso ao Fundamental I no final do século XX. Mas foi só no século XXI conseguimos universalizar o acesso ao Fundamental II. O ensino médio, infelizmente, ainda não logramos universalizar o acesso, menos ainda a conclusão. Mesmo assim, tem sido crescente o número de alunos que entram e concluem esta etapa. Assim, o avanço recente na aprendizagem deve ser celebrado, embora o ritmo da transformação seja ainda lento.

Diante dessa lentidão na melhora, vocês verão que, com a pandemia, tudo isso tem um risco enorme de se desmontar,

tanto no que se refere a falhas de aprendizagem quanto a desigualdades educacionais. Se olharmos para esse último Ideb e para aquelas cidades e estados com mais avanços, o que eles fizeram que eventualmente nem todos fizeram? Em primeiro lugar, os que já tinham um currículo claro alinhado com a Base Nacional Comum Curricular melhoraram mais, porque a BNCC mostra quais são as expectativas de aprendizagem, quais são os direitos de aprendizagem de crianças e jovens. Também avançaram aqueles que monitoraram os dados e que focaram em aprendizagem. Vocês já devem ter ouvido falar da cidade de Sobral no Ceará. Sobral foca em não perder nenhum aluno e garantir a aprendizagem para todos, monitorando os dados de aprendizagem, fazendo avaliações, emergindo nisso a importância das avaliações formativas unificadas regulares. Também foram bem aqueles que tinham material de boa qualidade, de apoio ao professor. É interessante notar que há um município que desbancou Sobral em 2019, que foi o melhor município do Brasil no Fundamental I e II, o município de Mucambo. Não por acaso, também no Ceará. A cidade se inspirou em Sobral e foi mais longe ainda, tanto que apresentam um Ideb de 9,4.

Outro ponto que trago, é que vivemos um problema de qualidade, traduzido como aprendizagem insuficiente e desigual enquanto, em oposição, o mundo está mudando muito. Eu integrei, durante dezoito meses, a Comissão Global para o Futuro do Trabalho da OIT, Organização Internacional do Trabalho. Nós trabalhamos em Genebra discutindo o que precisava ser feito frente a um mundo que corre o risco de gerar um desemprego brutal diante do advento da inteligência artificial e de uma auto-

mação acelerada que extingue postos de trabalho. Dois pesquisadores da universidade de Oxford, Osborn e Frei, dizem que, até 2030, dois bilhões de postos de trabalho serão extintos. Como é que podemos fazer frente a isso? Como eu era a única pessoa na comissão da área de educação, tive que pesquisar o que a educação precisa fazer para lidar com isso. E entendam bem, em outras épocas em que houve automação, em outras revoluções industriais, outros postos de trabalho foram criados, ou seja, não houve uma mera extinção. Mas a extinção nunca foi tão acelerada e os novos postos de trabalho criados certamente demandarão competências muito mais complexas.

O que a educação precisa fazer para preparar as novas gerações para esse mundo diferente, em que as competências que vão ganhar força são de nível mais sofisticado? Basicamente, a inteligência artificial não vai substituir trabalho humano que demande análises mais aprofundadas e que demandem pensamento crítico, pensamento sistêmico. Que demandem resolução colaborativa de problemas com criatividade. Por conta disso, vários países mudaram o seu ensino. Só vou dar esse exemplo considerando que estou lidando com a EACH, no Japão eles incluíram no currículo de Engenharia a disciplina de Filosofia, partindo do princípio de que quem não souber pensar de forma mais aprofundada não vai conseguir empregabilidade ou capacidade empreendedora. Os países que tinham os melhores sistemas educacionais fizeram frente a isso focando em resolução criativa de problemas. A palavra "colaboração" adquire, nesse contexto, um sentido muito importante. A escola começa a ser vista como uma comunidade colaborativa, o corpo de professores colaborando entre eles. Acaba a visão do professor

como um profissional liberal, ele é um profissional que trabalha em times, em equipes, e deve formar o aluno para a colaboração.

Outro aspecto que também ganha uma grande força é a flexibilização dos currículos, integrando currículos na resolução de problemas. Não se trata de acabar com currículos, mas de integrá-los. Afinal, a realidade não é dividida em disciplinas. Mais um ponto importante que vem aparecendo na questão de currículos é a importância de se trabalhar com conhecimentos. Se você de fato quer ter uma educação que combata as desigualdades, é necessário ampliar o repertório cultural dos jovens. O currículo deve certamente incluir a habilidade de ler, entender e interpretar textos, a capacidade de se ter raciocínio matemático ou de desenvolver uma mente investigativa, que é a base de todas as ciências. Mas é também importante desenvolver um repertório cultural diversificado nos jovens, e isso tem que ser ensinado com uma intencionalidade pedagógica na escola. A cultura digital emerge também como ponto relevante, da mesma forma o ensino híbrido. Não se trata de depositar a solução do problema sobre a disponibilização de computadores para os alunos, mas de aprender a navegar no mundo digital separando fato de opinião, aprendendo uma comunicação não agressiva para o mundo digital, desviando das armadilhas típicas desse mundo, aprendendo a usar para o processo de ensino e aprendizagem adequadamente. A inserção da internet nesse contexto não remete apenas à assimilação deste artifício. Diz respeito ao acesso nas escolas e residências, um ponto que ganha importância especialmente ao falarmos de ensino híbrido. Essa discussão não se resume tampouco à ideia, no que diz respeito ao ensino

híbrido, de integrar o online com o offline. Referimo-nos à possibilidade de se aprender em todos os lugares e não apenas na sala de aula.

Reparem que tudo que digo em relação ao mundo do trabalho acaba depois dialogando com o que aconteceu na pandemia. E ainda outro ponto importante nessas tendências é o fato de o professor passar a ser visto cada vez menos como um mero fornecedor de aulas expositivas e muito mais como um assegurador de aprendizagem, sendo assim revelada a importância de mudança de paradigmas associados ao papel do professor. Neste sentido, no ensino híbrido trabalha-se com a proposta de uma sala de aula invertida, em que a tradicional aula expositiva pode ser substituída por um vídeo, gravado ou curado pelo professor, a ser assistido em casa ou na sala de leitura da escola, e, na sala de aula, o professor atua como um assegurador de aprendizagem, ou seja, auxilia os alunos a aplicar o conhecimento adquirido em casa e em problemas da realidade.

Vou dar mais um exemplo da OCDE, quando estava sendo discutido o desempenho do Brasil no PISA, em que eles me falaram "o Brasil no PISA anterior a esse último, que era focado em ciências, se sai bem em decorar tabela periódica, mas não sabe aplicar em problemas da realidade, não sabe pensar cientificamente".

Outro ponto importante para o futuro da Educação é o desenvolvimento dessas competências ditas socioemocionais, também chamadas competências do século XXI, como a abertura ao novo, adaptabilidade e, não menos importante, a que Maria Montessori e Paulo Freire já acentuavam, a importância de se formar para a autonomia. Ninguém trabalha colaborativamente

se não se sente inteiro. Você precisa formar os jovens para serem autônomos e cidadãos globais. O que é ser cidadão global? Depende de se perceber protagonista numa série de comunidades interligadas em rede: na sua comunidade escolar, na comunidade local, na cidade, no país e no planeta, de se entender como parte ativa da humanidade.

Nesse contexto, como se insere a gestão da política educacional? Nos deparamos com dificuldades muito grandes. Foi votado, felizmente, o FUNDEB permanente, que garante algum financiamento para a educação básica, mas quais deveriam ser as ênfases em termos de política pública educacional? Já reiterei um ponto importante que é o de ter um currículo claro. Isso, contudo, não basta. O importante para aquele determinado estado ou município é atuar em rede. Nós vivemos, o Manuel Castells já falava isso, a sociedade em rede, de modo que não podemos olhar para cada escola como se fosse um feudo. Tendo 1085 escolas, como na cidade do Rio de Janeiro, não é para se pensar em 1085 políticas educacionais, temos que atuar em rede, articulados. Isso, de alguma maneira, retira uma visão romântica, uma visão que pode levar à desigualdade educacional, na medida em que o que passa a sobressair é apenas a autonomia do professor e da escola. A autonomia do professor é muito importante dentro de direitos de aprendizagem claramente estabelecidos e a autonomia da escola é importante para o processo de gestão. Mas isso não quer dizer que haverá um corpo de professores restritos àquela escola e que não haverá sinergias entre escolas.

O desafio é conquistar uma tensão positiva entre atuar em rede e, ao mesmo tempo, apoiar experimentação e inovação, incentivando espaços para experimentação. O processo educacional é um processo profundamente humano, a roteirização compromete um processo inovador que dê respostas para aquele conjunto de alunos dentro de uma relação um pouco mais pessoal e mais humana. Outro ponto muito importante é estabelecer resultados claros a serem alcançados por toda a rede, a partir do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. No fundo, o que esse objetivo revela é a necessidade de se oferecer uma aprendizagem com altas expectativas para todos os alunos, equilibrando excelência com equidade, e não apenas ilhas de excelência para aqueles que tiveram sorte de nascer em berço de ouro e para os outros uma educação de segunda linha.

Há também que se monitorar continuamente a aprendizagem, afinal toda política pública tem que ser monitorada. Às vezes as pessoas se perguntam: será que nós não vamos reduzir a educação, que é uma coisa tão humana, a números? Em tempos de negacionismo, é fundamental medir, verificar o que funciona em educação e ensinar professores a trabalhar com dados relativos à aprendizagem, à permanência e progressão na escola, à implantação de ações afirmativas. Isso nos ajudará a construir equidade, dando mais para quem tem menos, para as escolas com maiores desafios. Colocar os melhores professores nas escolas mais desafiadoras e pagar mais para esses professores enquanto eles permanecerem em espaços como favelas conflagradas ou em situações que demandem mais atenção. Também é vital, nos tempos que vivemos, investir em conectividade,

aprendizagem em diferentes espaços e em trabalho colaborativo dentro de cada escola e entre escolas.

Indo para o final, eu falo um pouco da COVID, que afetou 191 países, entre os quais mais da metade já voltou às aulas, sendo o Brasil um dos mais afetados. Houve o problema, no começo, de uma narrativa paralisante que frente a uma conectividade assimétrica propunha que nenhuma resposta educacional ocorresse frente à pandemia. Felizmente, mudamos a abordagem e começamos a observar o que os outros países vinham fazendo, adotando no final diferentes mídias para a aprendizagem emergencial em casa. Como eles, acabamos usando, sim, plataformas digitais, mas usamos também TV e rádio, acompanhados de cadernos pedagógicos enviados para as residências dos estudantes. Neste sentido, destaco o caso do Maranhão que, rapidamente, em duas semanas após o fechamento das escolas, já estava com plataforma digital, TV, rádio e guias de estudo enviados para as casas dos alunos da sua rede, apoiando também os municípios maranhenses.

Vários municípios também deram atenção à desigualdade educacional vigente, inclusive com um exército de professores que começaram por iniciativa própria indo às casas das crianças e jovens que não estavam participando ou que tinham dúvidas, com os profissionais de assistência social acompanhando. Houve orientação para os pais por grupos de whatsapp, especialmente os pais de crianças da educação infantil e com deficiência. Algumas formações emergenciais foram feitas para professores, naturalmente, dada a inexperiência nossa em lidar com uma situação tão anormal, de uma maneira inadequada e insu-

ficiente, a ponto de os professores no começo se sentirem perdidos. Mas acabamos vivendo um processo interessante de “aprender fazendo”, com os professores construindo um processo de ensino de nível muito melhor à medida que o tempo passava, em relação ao começo, quando estavam ainda incertos sobre a melhor estratégia a adotar.

Termino com uma fala referente ao momento pós-pandemia reconhecendo que esse processo todo foi muito sofrido. Uma crise que trouxe perda de vidas, uma crise sanitária e simultaneamente econômica, educacional e institucional, com a democracia em risco, sendo este um aspecto de singular importância, mas também lembrando que crises são momentos de quebras de paradigmas, na história da humanidade. Muitas inovações aconteceram, muita aprendizagem aconteceu por parte dos profissionais de educação. Ocorreu uma aceleração da inclusão digital tanto de professores quanto de estudantes. Com isso, esses aprendizados que aconteceram provavelmente permanecerão e, se tivermos boas políticas públicas, poderemos começar a esboçar um ensino híbrido e uma educação diferente para o futuro, que dialoga com o que mencionei sobre o futuro do trabalho. Para que isso possa ser concretizado, a conectividade das escolas e das residências precisa virar prioridade na agenda.

De fato, algumas das competências que foram desenvolvidas durante o isolamento necessário para enfrentar a pandemia serão muito úteis no futuro. Todos nós, alunos, educadores e familiares, acabamos desenvolvendo adaptabilidade a uma situação completamente diferente, com resolução colaborativa de problemas dentro de casa para poder organizar a vida. E os estudantes, de uma forma ou de outra, tiveram que desenvolver

autonomia para aprender. O sonho do Paulo Freire! De fato, muitos jovens aprenderam a estudar sozinhos, já que seus pais tiveram que sair para a rua, na busca de fontes adicionais de renda. O desafio foi grande, mas que possamos, ainda assim, olhar para o copo meio cheio e transformar esse sofrimento em aprendizagem para reinventar a escola e a Educação Pública em benefício de todos!